

**Parecer nº 92/99**

Data: 1999.06.16

Processo nº 616

**Reclamante:** Domingos José Fernandes Fevereiro.

**Entidade reclamada:** Secretaria-Geral do Ministério das Finanças

**I - Os Factos**

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, “reclama” do indeferimento de passagem de certidão narrativa dos diplomas legais que aprovaram a organização e funcionamento dos serviços integrados no Ministério das Finanças, que havia requerido à Secretaria Geral daquele Ministério.
2. O processo mostra que o organismo em causa lhe enviara anteriormente, em resposta a um outro pedido do ora reclamante, fotocópias da legislação cuja identificação foi agora solicitada através de “certidão narrativa”.

**II - O Direito**

1. O princípio do arquivo aberto, consagrado na Constituição (artigo 268º, nº 2) e normativamente concretizado na Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, visa comunicar aos cidadãos informações sobre a actividade da Administração que, em face do segredo administrativo, anteriormente vigente, nunca chegariam a conhecer; mas não documentos que, pela sua própria natureza, como é o caso da actividade normativa do poder legislativo ou do poder administrativo, constam de diplomas publicados no Diário da Republica.
2. A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças entendeu satisfazer o anterior pedido do ora reclamante remetendo-lhe fotocópias de legislação. Ao fazê-lo,

agiu no âmbito do seu poder de decisão, embora nada a obrigasse a proceder de tal forma.

3. A reclamação em análise incide, porém, no facto de a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças não ter fornecido, através de certidão narrativa, os elementos de identificação dos diplomas legais que aprovaram o quadro orgânico dos serviços do Ministério das Finanças.

Ora os serviços públicos não têm a obrigação de elaborar certidões de leis: não recai sobre eles a obrigação de garantir a conformidade do que consta do Diário da República com o que é aprovado pelo poder legislativo e promulgado pelo Presidente da República.

Os cidadãos não têm quaisquer direitos a obter, através da invocação da Lei 65/93, de 26 de Agosto, de nenhum serviço da Administração Pública, exemplares, fotocópias ou certidões de normas jurídicas publicadas em jornais oficiais.

### **III- Parecer**

A CADA é de parecer que a Secretaria-Geral do Ministério das Finanças não tem que emitir a certidão solicitada por Domingos José Fernandes Fevereiro

Aprovado na sessão da CADA de 16 de Junho de 1999.

*Castro Martins* (Presidente) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *José Renato Gonçalves* – *Gameiro dos Santos* – *Branca do Amaral* – *João Labescat*